

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONTEXTO

O Comsefaz – Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, instituído pelo Protocolo de Cooperação Técnica de 28 de setembro de 2012, tendo como objetivo principal promover a integração e a articulação entre as Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, fortalecendo a gestão fiscal, financeira e tributária das respectivas unidades federativas. Tem por missão promover a integração das Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, e a articulação dos Estados com os demais entes federativos, atuando na defesa dos interesses das Fazendas Estaduais e do fortalecimento da gestão fiscal, financeira e tributária das unidades federativas. Tem atuado fortemente na discussão e formulação de ideias para uma Reforma Tributária que simplifique e modernize o modelo tributário, e contribua para um ambiente de negócios que favoreça os investimentos e o crescimento do país. Por meio de seminários, estudos e pesquisas, busca promover o debate, compartilhar experiências e conhecimento e difundir informações de natureza fiscal e tributária, a fim de levar ao aperfeiçoamento federativo fiscal do Brasil.

Este termo de referência visa orientar objeto de pesquisa acerca de tema de interesse dos Estados brasileiros, cujas promoção e realização são assim designados no Estatuto Regimentoal do COMSEFAZ:

Art. 4º. Para a consecução da finalidade estabelecida no caput do artigo 3º, as atividades do COMSEFAZ compreenderão:

(.....)

II - Promover e estimular o amplo debate sobre matérias de natureza fiscal, notadamente quando concernentes à tributação e às finanças

dos Estados e Distrito Federal, inclusive por meio da realização de encontros, mesas redondas, seminários, conferências, estudos, pesquisas e cursos;

III- incentivar e apoiar o desenvolvimento, a cooperação, a troca de experiências e harmonização de projetos, estudos e pesquisa de interesse da área fiscal, tributária e financeira dos Estados e Distrito Federal;

2. DA APRESENTAÇÃO

A carga tributária brasileira é tema frequente no debate público e, não obstante, também é tema de inúmeras críticas – o debate é complexo, muitas variáveis devem ser consideradas e nem sempre há dados disponíveis que permitam chegar a conclusões assertivas. Dentre as variáveis, é recorrente a utilização da Carga Tributária Bruta como categoria para comparar a realidade fiscal dos diversos países. Entretanto, por se tratar de uma relação entre arrecadação e PIB, por vezes tal indicador induz a uma comparação inexata. Os poucos estudos disponíveis carecem de indicadores e comparativos internacionais sobre o tema, o que acaba impactando nas análises entre as capacidades fiscais dos países, escondendo, por vezes, as disparidades entre os seus patamares de desenvolvimento.

3. DA JUSTIFICATIVA

O projeto de pesquisa se encontra no âmbito das atividades previstas ao Comsefaz, mais especificamente de acordo com os incisos I, II e IX do art. 4º de seu Estatuto Social, que preveem, amplo modo, ações, atividades, parcerias, pesquisas, estudos e seminários com temáticas de interesse fiscal, financeiro e tributário dos Estados e do Distrito Federal e que visem a promover um amplo debate sobre as matérias que fortaleçam o federalismo brasileiro e auxiliem o aperfeiçoamento as políticas públicas implementadas.

Também dá prosseguimento à decisão do colegiado na 38ª Reunião Ordinária do Comsefaz de apoiar os trabalhos da Educação Fiscal no âmbito nacional, promovidos pelo GT-66-Educação

Fiscal, do Grupo Nacional de Educação Fiscal (GEF), grupo que deu continuidade às ações do Programa Nacional de Educação Fiscal (Pnef).

Observando a necessidade de conhecer a realidade da carga tributária per capita dos brasileiros para aprimorar o desempenho de sua atuação em âmbito nacional, o Comsefaz julgou pertinente a demanda expressada pelo GEF, apoiando a realização de estudo que erija indicadores e que tragam evidências e comparativos internacionais sobre tema de grande relevância para os estudos da Educação Fiscal hoje realizados, bem como suporte para ações futuras deste Colegiado em vista a uma maior harmonização federativa.

É recorrente no debate público utilizar a categoria de Carga Tributária Bruta para comparar a realidade fiscal dos diversos países. Entretanto, por se tratar de uma relação entre arrecadação e PIB, por vezes tal indicador induz a uma comparação inexata. O objetivo de desenvolver uma comparação per capita é permitir uma análise que expresse de forma mais fidedigna as diferenças entre as capacidades fiscais dos países, uma vez que ao dividir pelo PIB das nações, a comparação acaba por esconder as enormes disparidades do desenvolvimento dos países.

4. DO OBJETO

Contratação de projeto de pesquisa por intermédio de consultoria especializada para a análise do nível de solidariedade fiscal brasileiro (arrecadação tributária), abrangendo a comparação da realidade tributária do Brasil frente a outras economias.

4.1. DO OBJETO ESPECÍFICO

Avaliação crítica da realidade tributária brasileira por intermédio de uma análise comparativa internacional abrangente, buscando compreender os desafios relacionados às distintas realidades geográficas do país. Os objetivos específicos incluem:

- Comparar a receita tributária e a receita total no contexto internacional como, por exemplo, em percentual do Produto Interno Bruto (PIB), arrecadação per capita em dólar e em dólar relacionado a paridade de poder de compra (dólar PPC), buscando indicar quais as medidas que permitem análises comparativas não viesadas entre países.
- Verificar a composição da receita tributária brasileira em relação a economias avançadas, países de renda média e de renda baixa, ou ainda em relação ao continente o qual o país está inserido.

- Comparar o gasto público no contexto internacional, como, por exemplo, em percentual do PIB, arrecadação per capita em dólar e em dólar relacionado a PPC.
- Ponderar os componentes e as preferências em termos de gasto público segundo as classes de função orçamentária e natureza do gasto em diferentes países, incluindo, por exemplo, o gasto em educação em dólar PPC por estudante na educação primária, secundária e terciária e o gasto com saúde.
- Estudar a relação entre a receita tributária per capita e diferentes indicadores, incluindo aqueles que medem a desigualdade, como a riqueza per capita, Índices de Gini (renda e patrimonial); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); etc.
- Verificar a composição da receita total (receita tributária por categoria de tributo, contribuições sociais, e outros tipos receitas) e sua correlação com diferentes indicadores (crescimento econômico; índices de desigualdade; IDH; etc.).
- Analisar uma estratégia fiscal para o Brasil, passível de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável de médio e longo prazo, tomando em conta a redução das desigualdades.

5. DA CONFIDENCIALIDADE

O conteúdo da pesquisa, em qualquer fase de realização, é de propriedade exclusiva do Comsefaz e todas as informações tratadas no trabalho são protegidas por sigilo fiscal e deverão ser utilizadas exclusivamente para as análises do estudo em questão, sendo vetada sua circulação ou divulgação.

6. EQUIPE TÉCNICA

A coordenação e responsabilidade técnica deverá ser indicada na proposta assim como o quadro de pesquisadores mobilizados para auxiliar o desenvolvimento dos trabalhos.

6.1. Perfil desejado:

6.1.1. Coordenação: Consultores com doutorado e experiência comprovada na área de Macroeconomia, Política Fiscal, Finanças Públicas, Tributação e/ou Federalismo Fiscal.

6.1.2. Pesquisadores: consultores com mestrado e experiência comprovada na área de Macroeconomia, Política Fiscal, Finanças Públicas, Tributação e/ou Federalismo Fiscal e/ou estudos sobre o ICMS.

7. RESULTADOS PREVISTOS

- a. Avaliação imparcial sobre a aplicação de diferentes indicadores utilizados em comparações internacionais na análise da arrecadação tributária, apontando suas vantagens e limitações.
- b. Análise crítica do modelo tributário brasileiro em comparação com demais países sob a ótica de diferentes indicadores, incluindo, por exemplo, disponibilidade do gasto público por cidadão; nível de endividamento; reservas nacionais; índice de confiança para investidores; etc.
- c. Desmistificação das principais falácias divulgadas na mídia sobre a carga tributária brasileira.
- d. Relato a respeito de evidências obtidas das análises realizadas neste projeto sobre o nível de solidariedade tributária, crescimento econômico, desenvolvimento social e desigualdade.
- e. Exemplificação de países que promoveram uma mudança significativa no seu nível de IDH por intermédio do crescimento do PIB e da arrecadação tributária.
- f. Disponibilização de gráficos, tabelas e estatísticas sobre arrecadação tributária, distribuição da carga tributária, receita pública total, gasto público, que poderão subsidiar debates sobre o tema, considerando grupos de países com perfis semelhantes quanto a IDH, PIB per capita, política de seguridade social, concentração de renda e riqueza.
- g. Proposição de estratégias de diretrizes na área fiscal para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável, com redução de desigualdades, nos médio e longo prazos adequados a realidade brasileira, utilizando, entre outras fontes, experiências históricas internacionais;

8. PRODUTOS E CRONOGRAMA

Os produtos serão constituídos na forma de **04** relatórios, entregues de forma virtual, incluindo as planilhas e detalhamento dos modelos econométricos. O período total será de **06** meses, e, após debates internos, serão realizados eventos públicos para divulgação dos resultados da pesquisa.

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Primeira Entrega: apresentação do projeto detalhado 30 dias após a assinatura do contrato;

Segunda Entrega: relatório intermediário 60 dias após a primeira entrega;

Terceira Entrega: relatório final preliminar 60 dias após a segunda entrega;

Quarta Entrega: apresentação dos resultados da pesquisa 15 dias após a entrega do relatório finalizado;

Aceite do Comsefaz: até 15 (quinze) dias após cada entrega;

Relatório consolidado: até 15 (quinze) dias após a entrega do aceite (com pedido de revisão) do relatório final revisado pelo Comsefaz.

Tempo total previsto: 180 dias.

10. ORÇAMENTO

O valor discriminado na proposta deve pormenorizar as eventuais pretensões parciais de desembolso.

11. LOCAL DE TRABALHO

Os trabalhos serão realizados nas dependências da empresa vencedora do certame, podendo ser realizadas reuniões periódicas por videoconferência e a critério do CONTRATANTE poderão ser realizadas reuniões presenciais previamente agendadas com a presença do Coordenador da Pesquisa e pesquisadores designados, caso haja necessidade poderão ser realizadas reuniões em Brasília – DF, na sede do Comsefaz, observando as condições sanitárias pós período de pandemia Covid-19. O deslocamento decorrente de mudança de moradia/domicílio para desenvolvimento da consultoria não caracteriza viagem a trabalho e deve ocorrer se necessário, e a expensas do contratado.

12. PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS

As propostas com o plano de trabalho, currículos e atestados de capacidade técnica, deverão ser entregues até **10/02/2023**, por meio eletrônico para o e-mail: comsefaz@comsefaz.org.br, sob o Título: Pesquisa Comsefaz: **ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL DA SOLIDARIEDADE FISCAL BRASILEIRA.**

13. Procedimentos de Seleção:

Serão classificadas à etapa final de seleção as empresas que apresentarem a proposta mais vantajosa ao CONTRATANTE observando-se a que demonstrar a melhor técnica e o melhor preço. A contratação da empresa será realizada após a deliberação do Fórum de Secretários autorizando a celebração do contrato com a empresa que melhor se adequar aos critérios expressos neste Termo de Referência serão classificados mediante processo seletivo composto de duas fases. A primeira fase compreende a análise curricular e valerá 30 pontos. A segunda fase consistirá em entrevista, que valerá 70 pontos. A pontuação final do processo seletivo, somando-se as pontuações das duas fases, totalizará o máximo de 100 pontos. Análise Curricular: serão avaliados os currículos dos candidatos em duas fases (validação e pontuação) de acordo com os critérios definidos a seguir. Para a comprovação dos requisitos obrigatórios, deverão ser apresentados os seguintes documentos: Diploma/certificado dos cursos relacionados nos requisitos obrigatórios e Currículo Lattes do CNPq (lattes.cnpq.br). A entrega de cópia do currículo elaborado na plataforma Lattes é condição obrigatória para a inscrição. Não serão aceitos currículos em outros formatos. O candidato deverá fornecer documentos comprobatórios das atividades constantes em seu currículo como parte do critério de avaliação. Qualificação: currículos serão analisados para verificação do cumprimento dos requisitos obrigatórios. Essa etapa tem caráter eliminatório, ou seja, caso o candidato não preencha os requisitos, será eliminado da seleção. Pontuação do currículo: serão pontuados, exclusivamente, os currículos válidos, ou seja, aqueles que cumprirem os requisitos obrigatórios previstos nesse Edital. A pontuação será o resultado da análise das qualificações profissionais desejáveis de formação acadêmica e experiência profissional informadas. Será preenchida a Ficha de Avaliação de cada candidato, de acordo com critérios definidos abaixo. Coordenador: Experiência profissional: 01 ponto por ano trabalhado; Publicações sobre o tema: 01 ponto por publicação, Artigos, Livros e/ou pesquisas realizados sobre o tema: 02 pontos. Pesquisadores: Experiência profissional: 01 ponto por ano trabalhado; Publicações sobre o tema: 01 ponto por publicação; Artigos, Livros e/ou pesquisas realizados sobre o tema: 1,5 pontos. Entrevista: Os três candidatos com maior pontuação no currículo serão entrevistados. Caso haja empate na pontuação do currículo, o Comsefaz poderá a seu critério escolher entre os empatados os que serão entrevistados. As entrevistas serão realizadas por vídeo conferência. Serão pontuados na entrevista se o candidato apresentou condições para realizar as atividades previstas, o tempo de experiência

de atuação no tema combinado com as competências e habilidades adquiridas durante o exercício profissional, e a disponibilidade imediata para a execução do contrato.

14. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A execução dos trabalhos previstos não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo portanto, regido apenas pelas condições do presente termo de referência e contrato de prestação de serviços de pesquisa ao Comsefaz .

15. FORMA DE PAGAMENTO

Após a entrega de cada relatório pelo CONTRATADO o CONTRATANTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para dar o aceite, observando o cronograma estabelecido. A entrega do objeto contratual somente será considerada realizada após a manifestação do CONTRATANTE (aceite) e observará o que se segue: I – O CONTRATANTE poderá solicitar eventuais ajustes nos relatórios inicial e intermediário, cabendo ao CONTRATADO realizar as adequações até a entrega do relatório subsequente conforme cronograma estabelecido na cláusula sexta, caso as entenda pertinentes, e apresentá-las ao CONTRATANTE; II – O CONTRATANTE poderá solicitar eventuais ajustes no relatório final, tendo o CONTRATADO o prazo de até 15 (quinze) dias para realizar as adequações, caso as entenda pertinentes, e apresentá-las ao CONTRATANTE. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação de Notas Fiscais eletrônicas emitidas em nome da empresa CONTRATADA em até 10(dez) dias dos marcos temporais estabelecidos para a entrega do produto.

16. Outras Considerações